AS LITERATURAS AFRICANAS E O JORNALISMO NO PERÍODO COLONIAL

Jurema José de Oliveira
Universidade Federal Fluminense (UFF)
juremajoliveira@hotmail.com

Resumo:

As literaturas africanas encontram nos jornais do período colonial espaço profícuo de divulgação ficcional, poética, da cultura em geral e de resistência aos mandos e desmandos de um sistema colonialista que ignora o saber, as manifestações culturais, as formas de expressão dos povos subjugados.

Palavras-chave: jornalismo, história, literatura

Abstract:

The African literature find in newspapers from the colonial period a rich space for the diffusion of fiction, poetry, culture in general and the resistance to the ordering and disordering of a colonialist system which disregards the knowledge, the cultural manifestations, the forms of expression of subjugated peoples.

Key words: journalism, history, literature

O momento em que se verifica o início de regularidade na atividade literária e, nos moldes ocidentais, cultural na África está intimamente ligado à implantação, ao desenvolvimento e à ampliação do ensino privado ou sancionado pelo Governo da Metrópole.

As primeiras iniciativas governamentais relacionadas com a educação na África datam de 1740, mas só a partir da segunda metade do século XIX foram tomadas as medidas cabíveis para desenvolver o ensino em Cabo Verde, primeira colônia portuguesa a ser beneficiada pelo projeto de "instrução pública no Ultramar".

Nos documentos oficiais (boletins) de Cabo Verde, verificam-se algumas das providências acerca da instrução pública ultramarina, como: "escolas principais, materiais de ensino, provimento, vencimentos, jubilação e aposentadoria dos professores, criação dos conselhos inspetores de instrução primária, sua composição e deveres" (FERREIRA, 1987, p.9). Cabe ressaltar que o prelo foi instalado nas colônias portuguesas nas seguintes datas: Cabo Verde, 1842; Angola, 1845; Moçambique, 1854; São Tomé e Príncipe, 1857; Guiné- Bissau, 1879.

A instalação do prelo em Angola abre espaço para a publicação de *Esportaneidades da minha alma* (1849), de José da Silva Maia Ferreira, primeira obra impressa na "África Lusófona", mas não a

primeira produção literária de autor africano. Segundo Manuel Ferreira, *Tratado breve dos reinos (ou rios) da Guiné*, de autoria do cabo-verdiano André Álvares de Almada, foi escrito em 1594.

A produção literária nos países africanos divide-se em duas fases: a da literatura colonial e a das literaturas africanas. A primeira exalta o homem europeu como o herói mítico, desbravador das terras inóspitas, portador de uma cultura superior. A segunda constitui-se inversamente, pois nela o mundo africano passa a ser narrado por outra ótica. O negro é privilegiado e tratado com solidariedade no espaço material e lingüístico do texto, embora não sejam excluídas as personagens européias (de características negativas ou positivas). É o africano que normalmente preenche os apelos da enunciação e é ele quase exclusivamente, enquanto personagem ficcional ou poético, o sujeito do enunciado.

Os cuidados e os esmeros do sujeito enunciator são os de organicamente moldar o enunciado com os ingredientes significativos e representativos da especificidade africana. Se colocados lado a lado dois textos, um de literatura *colonial* e outro de literatura *africana*, é como se procedêssemos a uma justaposição de brusco contraste (FERREIRA, 1987, p. 13-14).

Diante disso, pode-se dizer que o universo literário e cultural dos naturais da terra, nas literaturas africanas, é valorizado e explorado significativamente, pois, quando os autores negam a legitimidade do colonialismo no discurso literário, fazem da revelação e valorização do mundo africano a raiz primordial tanto na ficção quanto na poesia, que, inicialmente, foram registradas em jornais ou folhetins.

As literaturas africanas de língua portuguesa, do ponto de vista lingüístico, contam com numerosos termos, expressões, provérbios oriundos das línguas faladas nos vários grupos étnicos em Angola e Moçambique, enquanto em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau se usam duas línguas: a portuguesa e a crioula.

Cabe ressaltar que o crioulo falado em Cabo Verde é muito similar ao da Guiné-Bissau, e denominado *crioulo* pelo povo da terra; já em São Tomé e Príncipe era e é chamado de *forro* - denominação dada tanto à língua quanto aos naturais da terra - por ser usado primeiramente pelas camadas mais pobres, e iletradas, já que a língua portuguesa era falada apenas pela burguesia mestiça ou negra que lá se formava. Após a independência, o crioulo adquiriu autonomia e passou a ser valorizado e falado em todas as camadas sociais das ex-colônias cabo-verdiana, guineense e são-tomense.

Em 1846, um ano após a instalação do prelo em Angola, publicaram-se no *Boletim Oficial* dessa colônia alguns textos literários. Por volta de 1874, verifica-se o aparecimento da *Imprensa Livre* angolana, publicação de registros de experiências literárias e artigos, e cujo mérito era levantar a bandeira da democracia republicana almejada pelos intelectuais africanos e portugueses engajados na busca de uma imprensa propagadora das realidades africanas.

Os estilos narrativos mais produtivos foram a crônica e o panfleto, este de caráter doutrinário e político. Outro gênero literário valorizado nessa fase foi o folhetim, que agradava tanto aos africanos como aos portugueses. Eram publicados na colônia e algumas vezes reeditados na Metrópole.

Africanos, portugueses e brasileiros publicavam nos espaços comuns dos almanaques, boletins, jornais, revistas e folhetos. Não tinham surgido ainda as designações de literatura angolana, moçambicana ou são-tomense com caráter de sistema nacional, mas a escrita já deixara de ser espaço de europeidade absoluta para se tornar contaminação relativa de línguas. De facto, poetas portugueses e angolanos intercalavam no texto em português, mais extenso, frases, diálogos, versos, lexemas em língua banta, quase que exclusivamente o quimbundo. A integração é perfeita, na coerência do sentido e da sonoridade e na coesão dos segmentos e dos ritmos (LARANJEIRA,1992, p. 11-12).

Sendo assim, o trabalho literário aproxima os intelectuais que buscavam um caminho para fazer circular seus textos ficcionais, poéticos e de cunho político-ideológico. Destaca-se neste estágio de despertar cultural Alfredo Troni — escritor, jornalista e advogado —, precursor da prosa moderna angolana com a criação de *Nga Mutúri*, bem como Pedro Félix Machado, também jornalista, que cultivou a prosa de ficção, publicando em folhetim na *Gazeta de Portugal* a primeira edição do romance *Scenas d'África*, reeditado em 1882.

No final do século XIX, floresceram nas colônias africanas de língua portuguesa várias associações recreativas, grêmios literários, diversos jornais, alguns de curta duração, mas geradores de motivação criadora bastante significativa. Cabo Verde, por exemplo, viu nascer em Praia,

desde 1858 treze associações recreativas e culturais, como a *Sociedade de Gabinete de Literatura* (1860) e a *Associação Literária Grémio Cabo-verdiano* (1880). Assinala, ainda, que por essa altura, se cria a imprensa de Angola e Moçambique e que aí se dá um notável surto de jornalismo. Aparecem os primeiros periódicos, como *A Aurora* (1856), *A Civilização da África Portuguesa* (1866), *O Eco de Angola* (1881), *O Futuro de Angola* (1882), *O farol do Povo* (1883), *O Serão* (1886), *O Arauto Africano* (1889), *Ensaaios Literários* (1891), *Luz e Crença* (1902 - 1903) (SANTILLI, 1985, p.10).

Vê-se, portanto, que surgiram muitos jornais entre o final do século XIX e início do XX, e, apesar da maior parte ter tido curta duração, até o final do século XIX enumeraram-se "46 deles, os quais contaram com a participação de europeus e africanos" (SANTILLI, 1985, p.10).

Da mesma forma como ocorreu em Angola e Cabo Verde, a imprensa moçambicana é instalada em 1854, quando nasce o *Boletim Oficial*.

Em 1869 surge o primeiro periódico moçambicano, *O Progresso*, e despontam páginas ou seções literárias e de artes na imprensa. Precursores de periodicidade semanal foram *O Africano* (1877), *O Vigilante* (1882), *Clamor Africano* (1892), (SANTILLI, 1985, p.11).

No entanto, é no século XX que a imprensa se estabelece com maior autonomia. Em Angola, o primeiro livro, marco histórico-literário da ficção, foi *O segredo da morta*, de Assis Junior, uma obra de costumes angolanos publicada nos folhetins do jornal *A vanguarda de Luanda* em 1929, com reedição datada de 1935 pela tipografia A Lusitana, em Luanda. Escrito, então, no período que vai de 1910 a 1940, de 'quase não-literatura' em Angola, como diz Henrique Guerra no prefácio da última edição, *O segredo*

da morta ocupa todo um vazio literário, como ponte entre duas gerações de escritores preocupados com a revitalização angolana, duas gerações que se representam anteriormente por Cordeiro da Mata e posteriormente por Castro Soromenho (SANTILLI, 1985, p.12-13). Assis Junior inaugura a moderna ficção angolana, e Castro Soromenho dará continuidade a ela com seus contos e romances inspirados na própria vivência no sertão angolano, mais precisamente na região da Lunda:

Dessa convivência e aprendizagem no sertão angolano, surgem as primeiras narrações de Castro Soromenho, *Lendas negras, Nhári; O drama da gente negra, Rajada e outras e Calenga*. Aos contos e novelas seguem-se os romances, *Noite de angústia, Homens sem caminho, Terra morta, Viragem, A chaga, Quem nos percorre atravessa uma terra em transe* (SANTILLI, 1985, p.14).

O projeto de investigação das realidades nacionais foi impulsionado por volta de 1940, quando os escritores africanos de língua portuguesa criaram canais mais regulares de divulgação, como as revistas. A experiência angolana no âmbito cultural contou com dois grupos significativos – o "Movimento dos Jovens Intelectuais" e a geração de autores cujo lema era "Vamos descobrir Angola" – para instituir as novas perspectivas que iriam redimensionar e "mapear [inicialmente] a fisionomia multifacetada do cenário cultural angolano" (CHAVES, 1999, p.21).

Em 1950, surge a *Antologia dos novos poetas de Angola* e, posteriormente, a revista *Mensagem* (1951-1952), com a participação de escritores que se tornaram basilares da literatura angolana: Agostinho Neto, Alda Lara, Antero Abreu, António Cardoso, António Jacinto, Mário António, Mário de Andrade, Oscar Ribas, Viriato da Cruz e o moçambicano José Craveirinha. Essa revista, para além da divulgação da produção literária, tinha um perfil pedagógico, pois segundo Santilli:

Os objetivos da revista centravam-se na busca da redefinição e valorização dos dados básicos de caracterização nacional. Os escritores propunham-se à alfabetização e melhoria das condições culturais do operário, as diversificadas atividades no setor da cultura nacional (SANTILLI, 1985, p.15).

A veiculação de *Mensagem* foi curta, mas abriu espaço para que novas iniciativas de cunho ideológico-cultural fossem criadas em Angola. Sendo assim, surge *Cultura II* (1957-1961), com a participação de alguns militantes de *Mensagem* e outros intelectuais interessados em encontrar uma estratégia capaz de suprir as falhas do projeto cultural que vislumbrava a luta pela construção da identidade nacional:

Em *Cultura II* levantava-se a questão cultural em suas vinculações com os problemas sócio-econômicos de Angola, de forma que se considerava a ação cultural "defeituosa" enquanto tais problemas não se resolvessem. Aí se agruparam Agostinho Neto, Antero Abreu, Mário Lopes Guerra (Benúdia), Carlos Ervedosa, Costa Andrade (Angolano Andrade ou Africano Paiva), Luandino Vieira, Oscar Ribas (SANTILLI, 1985, p.15).

A imprensa representa a mola mestra na formação do primeiro reduto capaz de criar uma atmosfera capaz de romper o silêncio imposto pela máquina colonial. O jornalismo estabelece, desde o

final do século XIX, um papel importante no cenário da vida luandense. Os títulos publicados em Luanda são diversificados:

(...) vão de um jornalismo que cultua o gosto [pela] polêmica até a marca mais conseqüente de uma opção voltada preferencialmente para os interesses de uma pequena burguesia já insatisfeita com os princípios e as práticas da administração portuguesa (CHAVES, 1999, p.33).

Assim, se Angola avançou significativamente no plano ideológico e cultural por meio dos textos literários publicados a princípio em jornais e periódicos, Moçambique também viu nascer um projeto semelhante, embora um pouco mais tarde, devido ao alto índice de analfabetos.

A imprensa só se torna mais assídua em Moçambique por volta de 1908, com a circulação do periódico *O Africano* (1908-1920), e terá continuidade com o surgimento em 1918 de um segundo periódico intitulado *O Brado Africano*. Nesses novos espaços, colaboradores publicam crônicas e poesias de característica ainda romântica.

Para abranger o campo social e cultural, entra em circulação em 1941 o *Itinerário*, que busca ampliar as pesquisas acerca das realidades moçambicanas. Nesse jornal, no entanto, a literatura não ocupa lugar de destaque, pois a linha editorial valoriza matérias de cunho social ou cultural. O projeto colonial português em Moçambique só avança no final de 1940, quando a empreitada colonialista abre espaço para um sistema educacional mais efetivo, o que proporcionará o aparecimento de um público leitor e um maior número de intelectuais engajados com a causa moçambicana.

O periódico *O Brado Africano* abre espaço para os jovens africanos ou descendentes de colonos. Nesse estágio do jornalismo em Moçambique começam a ser valorizados artigos que apresentam "manifestações nacionais, suporte da resistência cultural e dos ideais de independência política que se expandiriam progressivamente até a luta de libertação nacional" (SANTILLI, 1985, p.28).

No período entre 1955 e 1958, há uma efervescência cultural que foi coberta pelo jornal *O Brado Africano* — órgão da Associação Africana —, mas devido às dissidências entre duas correntes opostas, esse periódico perdeu espaço em 1958. Tal conflito deveu-se ao choque de idéias que havia nos textos publicados no jornal. "De um lado, estimulava-se a tendência da atividade provocada por uma consciência cultural e política nacionais e, de outro, fomentava-se a assimilação da cultura estrangeira" (SANTILLI, 1985, p.28).

O jornalismo e a literatura africana nascem juntos. É da dinâmica entre ambos que surge em Moçambique uma obra pioneira na área da prosa de ficção: *O livro da dor*, de 1925, composto por crônicas e contos do jornalista João Albasini. Em 1943 aparecem os primeiros textos poéticos, os *Sonetos*, de Rui de Noronha, e numa produção coletiva da CEI — Casa dos Estudantes do Império — nasce a coletânea *Poesia em Moçambique*, datada de 1951. Além dessas produções, encontra-se o registro das revistas *Itinerário*, de 1941, e *Msaho*, de 1952, "que recolhem uma produção heterogênea, portanto

[sem] característica de determinada fase no processo de nacionalização da literatura moçambicana" (SANTILLI, 1985, p.28).

Nesse período de formação da literatura moçambicana, destacam-se poetas colaboradores de periódicos e revistas como Noêmia de Sousa, Marcelino dos Santos (Kalungano), José Craveirinha, Rui Nogar, Orlando Mendes; aparece também a literatura em prosa, a partir de 1949. O *Itinerário* publica contos de Sobral de Campos, Ruy Guerra, Augusto dos Santos Abranches, Vieira Simões, Vergílio de Lemos, Ilídio Rocha.

Em 1952, a CEI lança *Godido*, de João Dias. A surpresa dessa estória está na consciência "que Godido tem da engrenagem social que o condiciona e na resistência em manter-se nas grades dela" (SANTILLI, 1985, p.28). Essa obra marca o processo transitório entre o nascimento de um sentimento nacionalista e o movimento anticolonialista insurgente, em 1950.

O marco dessa nova fase literária é a obra *Nós matamos o Cão Tinhoso*, de Luís Bernardo Honwana, cuja publicação data de 1964. Com este texto e outros contos do mesmo autor, a ficção moçambicana atinge a maturidade.

Se, desde o final do séc. XIX, floresceu uma literatura angolana veiculada por meio dos jornais, processo que só se desenvolveu no séc. XX na literatura moçambicana, em Cabo Verde ele já se registra na segunda metade do séc. XIX, pois a maior miscigenação entre portugueses e africanos gerou um bilingüismo; falava-se o crioulo – instrumento de comunicação do cabo-verdiano em todas as relações sociais – mas também o português: “já não é, portanto, o homem europeu ou o homem africano que representa essa sociedade, mas o homem crioulo, em cuja maneira de ser as culturas convergentes teceram mais cedo a unidade cultural cabo-verdiana” (SANTILLI, 1985, p.28).

De acordo com Manuel Ferreira, Cabo Verde conheceu no plano literário e cultural, no final do séc. XIX, um desenvolvimento significativo, mas como o grupo mais atuante era de descendentes de portugueses, esses foram buscar em Portugal o espaço mais promissor para suas carreiras intelectuais. A experiência lisboeta abriu espaço para a formação de muitos escritores cabo-verdianos, desenraizados da terra natal, mas produtores de obras de prestígio na história literária de Cabo Verde. Destacam-se "António Gertrudes Pusich (1875-1924) e Henrique de Vasconcelos (1875-1924) — *Flores cinzentas* (poesia, 1893), *A mentira vital* (contos, 1895) —, ambos com vasta obra publicada" (FERREIRA, 1987, p.25).

Assim, como Angola e Moçambique, Cabo Verde também contou com o impulso dos jornais para dinamizar sua criação ficcional e poética. Seu primeiro periódico de destaque foi o *Almanach Luso-Africano* (1894 e 1899), que registrou colaborações literárias tanto em português como em crioulo, língua usada pelo idealizador do almanaque, o cônego António Manuel Teixeira.

Segundo Manuel Ferreira, ao contrário de Angola e Moçambique, Cabo Verde não viu florescer uma literatura colonial nos moldes já explicitados anteriormente. A colônia adquire, a partir da segunda metade do séc. XIX, feição própria, pois a posse da terra ia, pouco a pouco, sendo transferida para as

mãos de uma burguesia cabo-verdiana mestiça, fosse branca ou negra. Nesse processo, não ocorre ali uma relação tradicional visível nas demais colônias, isto é, colonizado *versus* colonizador, mas, sim, explorado *versus* explorador, semelhante àquela presente no sistema capitalista, guardadas as devidas proporções, já que não podemos negar a especificidade colonial estabelecida entre o poder político e as comunidades.

Ainda de acordo com Manuel Ferreira, uma narrativa que explicita a dinâmica diferenciada nas relações sociais e de poder em Cabo Verde é a obra *O escravo* (1856), de José Evaristo de Almeida:

Uma das virtudes desse texto está em que a quase totalidade das personagens são cabo-verdianas (negros, mestiços, mulatos). E o espaço é o da escravidão, abrindo-se a nós hoje para a compreensão de um mundo longínquo no tempo, a permitir uma perspectiva social diacrônica de largo alcance. Assim, e em termos da escrita, ficamos a saber, *ao vivo*, que havia senhores de escravos entre os próprios africanos: pelo menos, mulatos (FERREIRA, 1987, p.25).

O escravo aparece no cenário cabo-verdiano como exemplo de um projeto literário que se formava no séc. XIX e começos do XX. Outras produções foram escritas nesse período como "*Amores de uma crioula* (1911) e *Vinte anos depois* (1911), de António de Arteaga (séc. XIX-XX); *Bosquejos d'um passeio ao interior da ilha de S. Thiago* (1912), *11 contos singelos - Nhô José Pedro ou scenas da ilha Brava*" (FERREIRA, 1987, p.27), entre outros. Esses autores tiveram seus textos publicados em *A Voz de Cabo Verde* (1911-1919), periódico importante na divulgação da literatura cabo-verdiana.

A voz de Cabo Verde acolheu os intelectuais mais importantes daquela época. O séc. XX viu nascer um projeto nacional cabo-verdiano, que será bem representado pela geração de *Claridade* (1936), de *Certeza* (1944) e do *Suplemento Cultural* (1958), sendo este último o marco para se consolidar definitivamente o projeto literário cabo-verdiano.

Paralelamente às atividades dos intelectuais engajados com a criação de um suporte para as publicações literárias e culturais em geral em Portugal, e nos países africanos com maior liberdade de expressão, registra-se também a contribuição do Grupo Sul no Brasil.

Atendendo, pois, a essa necessidade, em janeiro de 1948 lança-se a revista *Sul*. (...) Nesse momento inicia-se um diálogo com autores e críticos literários dos países africanos de língua portuguesa (...) entre os listados encontramos os nomes de António Jacinto, poeta e prosador de Angola, Francisco José Tenreiro, poeta de São Tomé e Príncipe, Noêmia de Sousa e Orlando Mendes, autores moçambicanos, e Viriato da Cruz, de Angola (MACÊDO, 2002, p.47-49).

Na Guiné-Bissau, as condições necessárias para o florescimento da literatura africana só se definiram de fato no séc. XX, com o surgimento do jornal *Pró-Guiné*, fundado em 1924. Cabe, no entanto, destacar a atuação do cônego Marcelino Marques de Barros (1843-1929), que na área etnográfica, com "*Literatura dos negros, 1900*" (FERREIRA, 1987, p.37), produziu um material de

qualidade e de grande importância histórica. Foi colaborador do *Almanach Luso-Africano* em 1899 (Cabo Verde), da *Revista Lusitana*, *A Tribuna*, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, *Anais das Missões Ultramarinas* e *Voz da Pátria*, no qual contribuiu com canções e contos.

Em São Tomé e Príncipe, o processo evolutivo da literatura ocorre de modo similar ao de Cabo Verde por vários aspectos, já que a composição social vigente nas duas colônias era semelhante. A monocultura foi a base da colonização são-tomense. Em meados do séc. XIX, esse sistema se consolida e destrói violentamente a estrutura burguesa instaurada pela comunidade negra e mestiça ali estabelecida desde o início da dominação portuguesa.

Com a estrutura social do Arquipélago modificada, aumenta a miscigenação étnica e cultural. Isso repercute na literatura, pois todo contato entre culturas distintas apresenta resultados novos, mas mesmo assim os textos produzidos ali são em sua essência africanos. Segundo Manuel Ferreira, "a primeira obra literária de que se tem conhecimento relacionada com São Tomé e Príncipe é o modesto livrinho de poemas *Equatoriaes* (1896), do português Antônio Almada Negreiros (1868-1939), que ali viveu muitos anos e veio a falecer na França" (FERREIRA, 1987, p.38).

As condições precárias de divulgação da literatura em São Tomé e Príncipe abrem espaço para a formação de um quadro de literatos fora do Arquipélago, em Portugal, mas apesar dessa falta de incentivo o primeiro periódico são-tomense data de 1869, intitulado *O Equador*.

O diferencial dessa colônia foi o teatro, de cunho popular, por exaltar as características do Arquipélago. As peças têm origem fora de São Tomé, mas em especial *O Tchiloli* — "levado por um dramaturgo de século XVI, oriundo da Ilha da Madeira, Baltazar Dias" (FERREIRA, 1987, p.40) — adquiriu feições locais, devido ao interesse de vários grupos teatrais em dar-lhe caráter nacional. Outra obra teatral famosa em São Tomé é o *Auto de Florides*, que tem origem na tradição popular portuguesa.

As literaturas africanas encontram nos jornais do período colonial espaço profícuo de divulgação ficcional, poética, da cultura em geral e de resistência aos mandos e desmandos de um sistema colonialista que ignora o saber, as manifestações culturais, as formas de expressão dos povos subjugados. Inicialmente, essas literaturas nascem como meio valorativo das regiões a que pertencem os intelectuais, ou que eles conhecem, mas, pouco a pouco, o regional evolui e dá lugar a um sentimento nacional que vislumbra um projeto coletivo capaz de redimensionar os chamados valores culturais africanos, tão bem representados na literatura.

Referências:

CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano*. São Paulo: Via Atlântica, 1999.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.

LARANJEIRA, Pires. *De letra em riste*. Porto: Afrontamento, 1992.

MACÊDO, Tania. *Angola e Brasil: estudos comparados*. São Paulo: Arte & ciência, 2002.

SANTILLI, Maria Aparecida. *Estórias africanas: história e antologia*. São Paulo: Ática, 1985.